

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

Investidores estrangeiros parecem acreditar em um futuro menos turbulento

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Meirelles, cotado para a Economia, assume cargo na iniciativa privada

Cotado para assumir o ministério da Economia no governo Lula, Henrique Meirelles está de trabalho novo. O ex-presidente do Banco Central coordenará a expansão da ACCrédito, braço financeiro da Associação Comercial de São Paulo que se prepara para virar um banco digital. Sua expectativa, contudo, é a atividade pública: ele admitiu que encerrará os trabalhos na iniciativa privada se for convidado para integrar o governo. O mercado financeiro torce para que Meirelles seja escolhido para a Fazenda.

Reforma tributária tem chance de sair no governo Lula

O governo Lula certamente ganhará pontos se levar adiante a agenda reformista. Ao menos uma delas tem razoável chance de sair: a tributária. Está em tramitação no Congresso a PEC 45, de autoria de Bernard Appy, economista que mantém boa e antiga relação com as lideranças petistas. Appy, lembre-se, comandou a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda e a Secretaria Extraordinária de Reformas Econômico-Fiscais entre 2003 e 2008, ambas no governo Lula.

Parte do mercado financeiro vê com otimismo próximo governo

O mercado financeiro, que apoiou de maneira quase irrestrita o presidente Jair Bolsonaro ao longo de todo o mandato, começa a se preparar para 2023. O curioso é que alguns analistas passaram a enxergar a próxima gestão até com certo otimismo. "A chance é grande de o Brasil voltar a ter atratividade", disse Rogério Xavier, sócio-fundador da gestora SPX Capital, em evento promovido pela Empiricus. "Eu já falo há algum tempo que, quando converso com meus pares em Londres, eles mostram visão mais positiva do Lula do que de Bolsonaro. Não me matem, sou apenas o mensageiro", ponderou na conversa com seus pares. Ontem, o Ibovespa, o principal índice da bolsa brasileira, fechou em alta de 1,31%, aos 116 mil pontos — e isso apesar da queda da cotação das estatais. Segundo analistas, o desempenho positivo provavelmente se deve aos aportes de investidores estrangeiros, que parecem acreditar em um futuro menos turbulento.

Bruno Escolastico/Estadão Conteúdo



Carlos Vieira/CB/D.A Press



O pragmatismo de Lula o levará a montar um governo sem maluquices. Sigo otimista"

Tony Volpon, Sócio da WHG ex-diretor do Banco Central

Telefônica diz que continuará a investir no Brasil

As grandes empresas começam a traçar seus planos para os próximos anos, já considerando o cenário com o novo presidente. A Telefônica, dona da Vivo, disse que manterá os aportes no país. "A Vivo acredita no Brasil, razão pela qual sempre desenvolveu uma visão de longo prazo", afirmou Christian Gebara, presidente da Telefônica Brasil, em nota. "Somente em 2022, nossos investimentos acumulados já são mais de R\$ 7 bilhões e continuaremos contribuindo para que a digitalização gere desenvolvimento."

6,96%

foi quanto caiu ontem a cotação das ações da fabricante de armas de fogo Taurus na primeira sessão após a derrota do presidente Jair Bolsonaro. Com a eleição de Lula, a agenda armamentista perderá força

RAPIDINHAS

» O Klubi, única fintech autorizada pelo Banco Central para operar como administradora de consórcios no país, aproveita o bom momento da modalidade de crédito no Brasil. Entre janeiro e setembro, suas vendas cresceram 300% em relação ao mesmo período de 2021. O mercado brasileiro de consórcio fechou o primeiro semestre com o melhor resultado em 10 anos.

» A seguradora MetLife é uma das apoiadoras da primeira edição do evento "A Saúde e Suas Singularidades", que será realizado pela consultoria SIMgular Gestão em Saúde no Hotel Ouro Minas, em Belo Horizonte (MG), no próximo 4 de novembro. O encontro tem o objetivo de discutir o futuro do mercado de benefícios.

» Um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas mostra a importância da bioeconomia, que envolve a produção a partir de recursos biológicos renováveis, no Brasil. Segundo o levantamento, o segmento responde por aproximadamente 20% do PIB brasileiro. Poucos países do mundo possuem uma representatividade tão alta.

» Elon Musk, novo dono do Twitter, prepara uma redução radical de custos na empresa. Ele afirmou a interlocutores que demitirá ao menos 25% de seus 7 mil funcionários. Nos últimos dias, Musk mandou embora vários diretores e profissionais que exerciam posições importantes na administração da rede social.

CONJUNTURA / Valor dos encargos financeiros pagos pelo setor público no acumulado de 12 meses é o maior desde 2001, segundo dados do Banco Central. Aumento dos gastos do governo e elevação da taxa Selic explicam a disparada

Juros: conta chega a R\$ 591 bi

» ROSANA HESSEL

Edilson Rodrigues

A escalada da taxa básica de juros (Selic) e o aumento do endividamento do governo para cobrir uma série de despesas criadas sem receita equivalente estão levando o setor público a pagar juros em valor recorde. Conforme dados do Banco Central (BC), após quase dobrar em setembro, para R\$ 71,5 bilhões, a conta de juros chegou ao pico de R\$ 591,9 bilhões num período de 12 meses — o maior patamar registrado desde o início da série histórica do BC, em dezembro de 2001.

Ao divulgar, ontem, os dados das contas fiscais consolidadas do setor público, Fernando Rocha, chefe do Departamento de Estatísticas do BC, lembrou que, como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), o percentual da conta de juros ficou no mesmo patamar de julho, de 6,36%. Contudo, no acumulado de janeiro a setembro, a conta cresceu R\$ 143,7 bilhões, somando R\$ 435,6 bilhões.

Rocha observou que, por um lado, o aumento reflete a ampliação da dívida pública bruta, que bateu novo recorde em termos nominais, chegando a R\$ 7,3 trilhões. Por outro, o gasto financeiro vem sendo impulsionado pela alta da taxa Selic, promovida pelo BC para segurar a inflação. "Os juros médios passaram de 2,52% ao ano, nos primeiros nove meses de 2021, para 8,91%, em 2022", explicou Rocha.

O ciclo de aperto monetário do BC, iniciado em março de 2021, quando os juros básicos estavam no piso histórico de 2% anuais, foi interrompido em setembro deste ano. Na semana passada, o Comitê de Política



Fernando Rocha, do BC, argumenta que endividamento caiu como proporção do PIB

Monetária (Copom) manteve a Selic em 13,75% ao ano. Conforme dados do BC, para cada ponto percentual a mais na Selic, a dívida pública bruta cresce R\$ 36,5 bilhões, em termos anualizados.

O Banco Central argumenta, ainda, que, mesmo com os juros em alta, o setor público como um todo registrou superávit de R\$ 10,7 bilhões em setembro. Além disso, a dívida bruta do setor público recuou de 77,5% para 77,1% do PIB entre agosto e setembro, o menor patamar desde março de 2020.

O economista Ecio Costa, professor da Faculdade Federal

de Pernambuco (UFP), porém, observa que o patamar de juros ainda é muito elevado, o que é um risco adicional para o governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que vai assumir com várias "bombas fiscais" armadas pelos gastos da administração Bolsonaro nos últimos meses.

"Se houver novos deficits fiscais, a inflação volta a subir, com a economia desaquecida", alertou Costa, em referência às expectativas do mercado de desaceleração da atividade no ano que vem.

A especialista em contas públicas Juliana Damasceno, da

Tendências Consultoria, lembrou que a redução da relação dívida-PIB não pode ser comemorada, já que tem como principal causa o processo inflacionário. A inflação, assinalou, ajudou a aumentar a receita e o PIB nominal, que é o denominador da relação dívida-PIB.

Dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) mostram que os choques inflacionários entre 2022 e 2020 reduziram em 10 pontos percentuais a dívida pública brasileira. Sem esse empurrãozinho inflacionário, em vez de 77,1% do PIB, o endividamento bruto do país seria de 87,1% do PIB, atualmente.

Oportunidade para renegociar dívidas

Começa nesta terça-feira, e vai até 30 de novembro, o segundo mutirão nacional de negociação de dívidas e orientação financeira do ano. O mutirão é uma ação conjunta do Banco Central (BC), da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e dos Procons de todo o país com o objetivo de oferecer aos consumidores a oportunidade de renegociar as dívidas com bancos e instituições financeiras.

Conforme dados do BC, em agosto, o endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional (SFN) alcançou 52,9% da renda familiar disponível, uma queda de 0,4 ponto percentual em relação ao mês anterior e alta de 3,5 pontos no acumulado em 12 meses. Nas mesmas bases de comparação, o comprometimento de renda registrou elevações de 0,8 e 3,9 pontos, respectivamente, situando-se em 29,4%, maior patamar da série estatística, iniciada em 2005.

Podem participar do programa pessoas físicas que tenham dívidas em atraso, não atreladas a bens dados em garantia, contraídas com bancos ou instituições financeiras. Para renegociar a dívida, o interessado deve acessar a página do mutirão, onde encontrará orientações. Além disso, receberá informações sobre como organizar as finanças, melhorar a saúde financeira. No último mutirão, realizado em março de

2022, foram negociados 1,7 milhão de contratos em atraso durante 25 dias.

Superendividamento

Segundo comunicado do BC, neste ano, a campanha também vai alertar os cidadãos sobre o superendividamento e a possibilidade de seu tratamento, conforme previsto na Lei 14.181/21.

"Pela Lei, esses cidadãos superendividados têm direito à renegociação global, com todos os credores simultaneamente, possibilitando acordos mais adequados que a negociação com cada banco e a solução efetiva para o problema. Por isso, a orientação é de que as pessoas com suspeita de superendividamento não renegociem suas dívidas pelo mutirão, mas busquem ajuda especializada nos órgãos de proteção e defesa do consumidor, cujos links estarão disponíveis na página do mutirão", informou o BC.

As negociações podem ser realizadas por meio da plataforma Consumidor.gov.br ou pelos canais diretos das instituições participantes, disponíveis na página do mutirão. O interessado também terá acesso ao link do Registrato, sistema do Banco Central com informações de dívidas com bancos e órgãos públicos, cheques devolvidos, contas, chaves Pix e operações de câmbio, e a plataforma de educação financeira Meu Bolso em Dia da Febraban. (RH)